



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 006/2019

Retifica Edital Nº 003/19

O Município de Igrejinha, representado, neste ato, pelo Sr. Joel Leandro Wilhelm, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais, torna pública Retificação do Anexo II do Edital de Concurso Público nº 003/19, para provimento efetivo dos cargos de: Assistente Administrativo, Auxiliar de Educação, Técnico em Enfermagem.

Ficam incluídas as referências bibliográficas e bibliografias sugeridas para os cargos de Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Educação e Técnico em Enfermagem, tendo o Anexo II a redação constante neste Edital e os demais itens do referido Edital permanecem inalterados.

Município de Igrejinha/RS, 09 de Outubro de 2019.

Joel Leandro Wilhelm
Prefeito

Registre-se e publique-se.

Leandro Marciano Horlle
Secretário de Administração e
Desenvolvimento Econômico



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

Anexo II – Conteúdos da Prova Objetiva

Comum a todos os Cargos:

Língua Portuguesa:

1. Leitura e compreensão de textos: 1.1 Assunto. 1.2 Estruturação do texto. 1.3 Ideias principais e secundárias. 1.4 Relação entre as ideias. 1.5 Efeitos de sentido. 1.6 Figuras de linguagem. 1.7 Recursos de argumentação. 1.8 Informações implícitas: pressupostos e subentendidos. 1.9 Coesão e coerência textuais.
2. Léxico: 2.1 Significação de palavras e expressões no texto. 2.2 Substituição de palavras e de expressões no texto. 2.3 Estrutura e formação de palavras.
3. Aspectos linguísticos: 3.1 Relações morfossintáticas. 3.2 Ortografia: emprego de letras e acentuação gráfica sistema oficial vigente (inclusive o Acordo Ortográfico vigente, conforme Decreto 7.875/12). 3.3 Relações entre fonemas e grafias. 3.4 Flexões e emprego de classes gramaticais. 3.5 Vozes verbais e sua conversão. 3.6 Concordância nominal e verbal. 3.7 Regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase). 3.8 Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos. 3.9 Pontuação.

Bibliografia recomendada:

Koch, Ingedore Villaça. Ler e Compreender: os sentidos do texto. 3ª edição. p. 9-37; 183-208. São Paulo: Contexto, 2006.

COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade. São Paulo.

CEREJA, William Roberto e COCHAR, Thereza. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. São Paulo: Atual, 2009.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

Legislação: Compreensão e interpretação das Leis nº 3898, de 2007, 4.411 de 2019 e 5126, 5127 e 5128 de 2018, do Município de Igrejinha.

Conhecimentos Gerais:

1. História do Estado e história do Município e da região que o cerca. 2. Tópicos atuais, internacionais, nacionais, estaduais ou locais, de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, desenvolvimento sustentável e ecologia.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

Conteúdos Específicos

Assistente Administrativo

Conhecimentos Específicos:

1. Noções gerais sobre Administração Pública; 2. Noções gerais sobre Atos Administrativos; 3. Noções gerais sobre licitações e seus princípios, segundo a Lei nº 8.666/1993, Lei 10.520/2002, Decreto 3.555/2000 e Decreto 5.450/2005 e suas alterações posteriores até a data de publicação do Edital de Abertura; 4. Conceitos Básicos da Administração; 5. Correspondência, Redação Oficial e Padrão Ofício segundo o Manual de Redação da Presidência da República (2018); 6. Abreviações e Formas de Tratamento; 7. Expressões e vocábulos latinos de uso frequente nas comunicações administrativas; 8. Qualidade na prestação de serviços e no atendimento presencial, virtual e telefônico; 9. Técnicas de atendimento ao público: recepção, procedimentos profissionais e padrões de atendimento; 10. Técnicas secretariais: atendimento *on line*, telefônico, agenda e e-mail; 11. Secretariar reuniões; 12. Documentação e Arquivo. 13. Contabilidade Básica; 14. Administração de Materiais: patrimônio, almoxarifado, compras e estoque; 15. Inventário; 16 Acesso a informação.

Bibliografia sugerida:

FEIJÓ, P. H.; ALBUQUERQUE, C. ; MEDEIROS, M. . Gestão de Finanças Públicas Administração Financeira e Orçamentária. 3. ed. Brasília: Gestão Pública, 2013.

BEZERRA FILHO, João Eudes. Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva. São Paulo: Atlas, 2012.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Texto Constitucional Promulgado em 05/10/1988. Disponível em: _____. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 1964. Disponível em: _____.

_____. Lei nº. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/conarq>>.

_____. Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: _____. Lei nº. 10.520,

de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: . _____



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

PAES, Marilena Leite. Arquivologia: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 3. ed. rev. e ampl. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO Edital 056/2017 SANTOS, Vanderlei Batista dos; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUZA, Renato Tarciso Barbosa de (orgs.). Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. Distrito Federal: SENAC, 2007. SCHELLENBERG, T. R. Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 2. ed. SILVA, Sérgio Conde de Albite. Preservação nos Arquivos e na Arquivologia. In: ____.

AAB/FAPERJ, 2008. BRASIL. Manual de redação da Presidência da República. Presidência da República. Casa Civil. 2. ed., rev. e atual. Brasília, 2002. LIMA, A. Oliveira. Manual de Redação Oficial: teoria, modelos e exercícios. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Auxiliar de Educação

Cuidados com o educando:

1. História da Educação Infantil. 2. Concepções de criança, infância e Educação Infantil. 3. O Cuidar e o Educar. 4. A organização dos tempos, dos espaços e dos materiais na Educação Infantil. 5. A importância do Brincar na Educação Infantil. 6. Documentação Pedagógica. 7. O Currículo na Educação Infantil. 8. Os Projetos na Educação Infantil. 9. A arte e a musicalidade na Educação Infantil. 10. Movimento e corporeidade na Educação Infantil. 11. O Cesto dos Tesouros e o Brincar Heurístico. 12. A avaliação na Educação Infantil. PARTE 2: 1. Princípios e objetivos da educação brasileira. 2. Organização da educação no Brasil. 3. Níveis e modalidades de ensino. 4. Criança e adolescente: direitos e deveres legais. 5. Parâmetros Curriculares Nacionais. 6. Plano Nacional de Educação. 7. Plano de Carreira da Educação. 8. Resoluções do Conselho Municipal de Educação. 9. Regime de Previdência Servidores Municipais. 10. Regime Jurídico Servidores Municipais. 11. Base Nacional Curricular Comum. PARTE 3: 1. Educação: desafios e compromissos de acordo com as teorias de Mário Sérgio Cortella. 2. Metodologias Ativas para uma educação inovadora de acordo com as teorias de José Moran e Lilian Bacich. 3. A Educação 3.0 de acordo com as teorias de Rui Fava. 4. Sala de Aula Invertida de acordo com as teorias de Jonathan Bergmann. 5. Estratégias de ensino e aprendizagem de acordo com as teorias de Adair Martins Pereira, Juan Diaz Bordenave. 6. A educação na era digital de acordo com as teorias de Martha Gabriel. 7. Projeto Político Pedagógico, currículo e processo educativo de acordo com as teorias de Celso Vasconcellos e Ilma Passos Veiga. 8. Gestão e planejamento escolar de acordo com as teorias de José Carlos Libâneo. 9. Avaliação escolar de acordo com as teorias de Cipriano Luckesi, Jussara Hoffmann, Celso Antunes e Celso Vasconcellos. 10. Inclusão escolar e diversidade cultural de acordo com as Teorias de Peter Mitler, Ana Lúcia



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

Valente e Vera Maria Candau. 11. Processo ensino-aprendizagem de acordo com Celso Vasconcellos.

Legislação:

1. ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
2. LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
3. Constituição Federal/88: Art. 1º ao 4º (Dos Princípios Fundamentais), Art. 5º ao 17 (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41 (Organização do Estado) e Art.44 a 69 (Da Organização dos Poderes).
4. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Institui o Estatuto da Igualdade Racial).
5. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)
6. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Autismo).

Referência Bibliográfica:

- BRASIL. Ministério da Educação Básica. Higiene e Segurança nas escolas. Brasília, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Brinquedos e brincadeiras de creches - Manual de Orientação Pedagógica. 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico - Raciais. SECAD, 2006.
- MACHADO, Patrícia Brum. Comportamento Infantil: estabelecendo limites. Mediação. (2002).
- MANTOVANI, Mariângela. Quando é Necessário Dizer Não. Editora Paulinas. (2004).
- MÈREDIEU, Florence De. O desenho Infantil. Cultrix. 2º Edição (2013).
- MOYLES, Janet R. Só Brincar? O papel do brincar na educação infantil. Artmed. (2002).
- STOBÁUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. Educação Especial: em direção à escola inclusiva. 2º Edição (2002).
- MANTOAN, Maria Teresinha Eglér. Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer? Summus Editorial. (2015).
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
- Referencial Curricular Gaúcho (RCG).

Técnico em Enfermagem

Cuidados de enfermagem:

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS); Atenção Primária em Saúde (APS); Ética, Bioética e interdisciplinaridade; Código de Ética e Lei do Exercício profissional de Enfermagem; Política Nacional de Humanização; Programa Nacional de Imunizações; Preparo e administração de medicamentos, e segurança no uso; Atenção em saúde aos indivíduos em seus diferentes ciclos de vida em sua integralidade; Cuidados de enfermagem ao paciente com doenças crônicas não transmissíveis; Assistência de enfermagem em HIV, AIDS, hepatites virais e outras IST's; Atenção à Saúde da População



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

Negra; Atenção à saúde às pessoas em situação de rua; Atenção em saúde para população LGBTQI+.

Bibliografia recomendada:

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Disponível em: _

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm. Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. Atenção Básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. 256 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Cadernos HumanizaSUS; v. 2). Disponível em <http://redehumanizaus.net/acervo/cadernos-humanizaus-volume-2-atenc%cc%a7a%cc%83o-basica/>

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. RESOLUÇÃO COFEN nº 0564/2017. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html . Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício de enfermagem e dá outras providências. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lein-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. DECRETO nº 94.406/87. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html. Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portal da saúde. Calendário nacional de vacinação 2018. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/vacinacao/calendario-vacinacao>. Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf. Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica nº 19 – Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, 2006. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_saude_pessoa_idosa_n19.pdf. Acesso em 25 de setembro de 2019.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: _

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger_cuidar_adolescentes_atencao_basica.pdf. Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica nº 33 – Saúde da Criança: Crescimento e Desenvolvimento. Brasília, 2012. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_33.pdf Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2017. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica nº 34 – Saúde Mental. Brasília, 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf . Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. ANEXO XIX - **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html. Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: _

http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_rua.pdf. Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Carta dos direitos dos usuários da saúde / Ministério da Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: _

http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/AF_Carta_Usuarios_Saude_site.pdf. Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Anexo XXI. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Disponível Em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html. Acesso em 05 de junho de 2018.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica n° 37 – Hipertensão arterial sistêmica. Brasília, 2013. 128p.: il. Disponível em:

http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_37.pdf . Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica n° 36 – Diabetes Mellitus. Brasília, 2013. 160p.:il Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_diabetes_mellitus_cab36.pdf . Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica. Cadernos de Atenção Básica, n° 35. Brasília – DF 2014. Disponível em: _

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cronica_ca_b35.pdf. Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil. Brasília: 2011, 284p.: il. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_recomendacoes_controle_tuberculose_brasil.pdf Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Vigilância Epidemiológica de Eventos Adversos Pós-Vacinação. 3° ed. Brasília, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.cofen.gov.br/wpcontent/>

1. [uploads/2017/03/manual_vigilancia_epidemiologica_eventos_adversos_pos_vacinacao.pdf](#) . Acesso em 25 de setembro de 2019.